

DIÁLOGO SOBRE INCLUSÃO, PARTICIPAÇÃO, CULTURA E TRANSPARÊNCIA DIGITAL

Data: Quarta-feira, 21 de maio de 2014

Horário: às 19h00

Local: Centro Cultural São Paulo – Rua Vergueiro, 1000.

Secretarias participantes do Diálogo: Controladoria Geral do Município (CGM), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA), Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMIRIF) e Secretaria Municipal de Serviços (SES).

Apresentação da Atividade: A atividade contou com um representante de cada uma das Secretarias Municipais citadas acima, contendo uma apresentação introdutória para cada um dos representantes. Após essa apresentação inicial, a plenária foi aberta para as falas da sociedade civil, momento em que foram recolhidas as propostas e demandas aqui elencadas. Na terceira etapa do Diálogo, os representantes das Secretarias finalizaram suas falas já com algumas respostas para a sociedade civil. Por fim, o Diálogo foi sistematizado e as devolutivas foram organizadas com cada instituição responsável pela agenda.

Sistematização das propostas e devolutivas do poder público: A devolutiva para as propostas recebidas no Diálogo foram sistematizadas a partir dos seguintes eixos temáticos: Telecentros; Praças de Wi-fi; Acesso à Banda Larga; Mapeamento; Edital; Casas de Cultura; Formação, Transparência e Participação; Desenvolvimento de ferramentais digitais e Comunicação.

Telecentros

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
<p>Garantir a reabertura imediata dos telecentros, garantindo que o processo de reformulação do telecentro não seja um impeditivo para que a situação seja resolvida no curto prazo.</p>	<p>A Secretaria Municipal de Serviços, através da Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital tem como prioridade a reabertura dos Telecentros. Das 134 unidades que funcionavam através de convênios com entidades da sociedade civil, 98 manifestaram interesse em renová-los. Destas, 82 já assinaram os novos convênios, sendo que 75 entidades já receberam repasse. Em 21 de julho, após os novos monitores contratados receberem aulas de capacitação, oito Telecentros foram reabertos. Em 28 de julho, outros seis. E em 04 de agosto, mais 32 Telecentros foram reabertos, totalizando 46 em funcionamento. Nas próximas semanas todos os Telecentros conveniados estarão em funcionamento. Cabe destacar, que com o novo contrato de convênio, as entidades terão maior autonomia administrativa.</p> <p>Os telecentros que funcionam em equipamentos das Secretarias Municipais de Cultura e Educação terão seu funcionamento acompanhado pelas equipes de gestão dos mesmos (bibliotecas e CEUs). Os monitores para estes telecentros serão 160 beneficiários do Programa Operação Trabalho da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; e receberão a mesma capacitação dos monitores das unidades conveniadas.</p> <p>Já para os chamados telecentros diretos, operados pela Secretaria Municipal de Serviços, será realizada audiência pública para discussão dos termos de edital de chamada pública para entidades que desejem atuar como mantenedoras dos equipamentos.</p>

<p>Atualizar a política dos telecentros, com a ampliação do escopo do acesso para a produção de conteúdo digital, bem como garantia de iniciativas de formação.</p>	<p>A audiência pública, realizada pela Secretaria Municipal de Serviços, que irá discutir os termos de edital de chamada pública para entidades que desejem atuar como mantenedoras dos telecentros diretos, terá o objetivo de discutir também a política de inclusão digital na cidade de São Paulo, bem como, de recolher sugestões e propostas para renovar o programa de telecentros.</p> <p>A Secretaria Municipal de Serviços acredita que os telecentros devam ser espaços de convivência, produção de conteúdos, além do acesso à renovados cursos e à internet de qualidade. Para tanto, cada unidade deve estar vinculada a realidade local, através do recolhimento de demandas da comunidade na qual está inserida.</p> <p>Como medida imediata, visando melhorar as condições de acesso à internet, a Secretaria Municipal de Serviços, solicitou à Prodam a ampliação da velocidade de conexão dos telecentros dos órgãos municipais. Nas unidades conveniadas, a orientação às entidades é para que sejam contratados links compatíveis com a quantidade computadores disponíveis.</p>
---	--

Praças de Wi-fi

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
<p>Realizar monitoramento dos pontos de wi-fi, tendo em vista a garantia da qualidade e velocidade do serviço oferecido.</p>	<p>Por contrato, o Programa Wifi Livre SP, da Secretaria Municipal de Serviços, disponibiliza para consulta online, de qualquer cidadão, dados sobre o uso de cada praça, tais como: velocidade de conexão, número de usuários simultâneos, consumo de banda e pontos de acesso disponíveis. Essas informações estão disponíveis no site www.wifilivre.sp.gov.br. Além disso, convênio com a Universidade Federal do ABC, vai avaliar o uso das praças digitais.</p>

<p>Garantir infraestrutura e segurança para que os cidadãos possam utilizar os seus equipamentos.</p>	<p>Além de uma política de inclusão digital, o Programa Wifi Livre SP, da Secretaria Municipal de Serviços tem o objetivo de contribuir com as diversas ações da Prefeitura de São Paulo que buscam promover a ocupação dos espaços públicos pelos cidadãos, prática que ajuda a inibir casos de violência urbana. Está em estudo também, junto a outros órgãos municipais, a disponibilização de mobiliário para as praças, em particular bancos e tomadas elétricas.</p>
<p>Ampliar divulgação sobre as praças, fazendo com que as informações circulem na cidade.</p>	<p>As informações sobre quantas e quais praças estão em operação, em implantação e em projeto estão disponíveis no www.wifilivre.sp.gov.br. Cada ponto também está recebendo sinalização com placas informando que aquela área está coberta pelo programa. Além disso, a cada nova praça que entra em operação, a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Serviços, divulga para os órgãos locais de comunicação, tais como jornais de bairro.</p>

Acesso à banda Larga

<p>Proposta da Sociedade Civil</p>	<p>Devolutiva do Poder Público Municipal</p>
<p>Ampliar o acesso à banda larga para todos os cidadãos por meio de um projeto de inclusão.</p>	<p>O programa Wifi Livre SP, é uma contribuição da Prefeitura de São Paulo ao processo de inclusão digital e ampliação do acesso à banda larga. Outras ações visando a ampliação do acesso à internet de maior velocidade são desenvolvidas pelo governo federal através do Plano Nacional de Banda Larga.</p>

Mapeamento

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
Realizar um mapeamento da comunicação livre na cidade, incluindo atores da ponta que estão trabalhando com mídias livres.	A Secretaria Municipal de Cultura lançou, em agosto/2014, a Plataforma SP Cultura (www.spcultura.prefeitura.sp.gov.br), que possibilita o mapeamento de espaços, agentes, eventos e projetos culturais na cidade de São Paulo. A plataforma é uma ferramenta colaborativa de georreferenciamento que poderá ser alimentada por estes atores que atuam na área de comunicação/ mídias livres, estando incluídas dentro de sua tipologia as categorias de Arte Digital, Comunicação, Cultura Digital, Mídias Sociais e Novas Mídias. Além disso, as Secretarias Municipais de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços irão lançar, em agosto de 2014, o edital intersecretarial "Redes e Ruas", que irá contemplar iniciativas de organizações e coletivos que atuam nas áreas de inclusão, cidadania e cultura digital, tendo como um de seus objetivos o mapeamento destas ações no município.

Edital

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
Garantir ampla participação nos processos de seleção por meio de editais, incluindo atores que estão inseridos nos territórios.	No Diálogo, a ação comentada da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania dizia respeito a um convênio com uma instituição para realizar formações de comunicação nos territórios Juventude Viva. A Coordenação de Juventude entende que o Plano Juventude Viva deverá trabalhar com a abertura de editais para garantir a ampla participação nos processos de seleção dos atores que atuam nos territórios. Um edital de chamamento para credenciamento de articuladores já foi aberto para selecionar jovens que atuam nos territórios. Mais dois editais estão previstos para agosto, um de concurso de comunicação e outro que selecionará projetos da sociedade civil que já atuam nos territórios e que possam fortalecer a ação do Plano. Serão aprovados até 20 desses projetos no valor de R\$ 30.000,00. No caso do edital "Redes e Ruas" - iniciativa das Secretarias de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços - para o fomento a projetos

	de inclusão, cidadania e cultura digital, há previsão de critérios de distribuição territorial dos contemplados.
--	--

CASAS DE CULTURA DIGITAL

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
Criar uma política pública de fomento a casas de cultura digital.	O apoio a organizações que trabalham na área de cultura digital será permitido dentro do escopo do edital “Redes e Ruas” - seleção e apoio a projetos de inclusão, cidadania e cultura digital -, a ser lançado em agosto/2014. Além disso, a Secretaria Municipal de Cultura pretende criar um Centro de Cultura Digital aberto para promoção de ações e atividades compartilhadas na região de São Joaquim.

FORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
Realizar iniciativas de formação para trabalhar com os dados abertos como fonte de informação, tendo em vista tornar a participação mais qualificada.	<p>A Prefeitura deu início, em janeiro de 2014, à catalogação de todas as suas bases de dados. O resultado foi publicado em julho, no Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD), previsto no Decreto nº 54.779/2014, que ainda passará por processos de aprimoramento. O objetivo da iniciativa é, por um lado, conhecer e divulgar as bases disponíveis, para que a população possa orientar a demanda por abertura de dados; por outro, fomentar a cultura de dados abertos na gestão, com processos de formação também para os servidores públicos responsáveis pela guarda de informações. Além disso, iniciativas como Café Hacker garante espaço de diálogo entre movimentos, cidadãos e poder público, desempenhando também um papel formativo. Essa agenda pode ser acompanhada em www.cafehackersp.org. Esse processo não exclui a possibilidade de ampliar e multiplicar espaços de formação e diálogo sobre dados abertos, que é uma das agendas prioritárias da Controladoria Geral do Município.</p> <p>Ainda, algumas das secretarias que integram o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto (CIGA), como a Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativa; Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania; a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; a Secretaria Municipal de</p>

	<p>Relações Governamentais; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Controladoria Geral do Município, estão liderando o processo de formação dos conselheiros(as) participativos nas subprefeituras, de maio a setembro de 2014. Os Diálogos da São Paulo Aberta são divididos em dois momentos: o primeiro com levantamento da discussão sobre o papel dos conselheiros(as) e o segundo, quando o subprefeito apresenta o perfil e dados sobre sua região, bem como os equipamentos públicos existentes e a previsão orçamentária para a melhoria dos bairros, em uma primeira tentativa de abertura de dados das subprefeituras. O prosseguimento destas formações nos territórios e a ampliação dos públicos que participam destas ações estão sendo discutidas no âmbito do grupo de territorialização do CIGA, para garantir a continuidade ao longo da gestão.</p>
<p>Realizar atividades de formação para o uso das ferramentas e plataformas digitais desenvolvidas pela Prefeitura, com a necessidade de disseminá-las por todos os espaços públicos e territórios da cidade e tendo em vista a promoção da participação social efetiva.</p>	<p>A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania destaca como resultado do Grupo de Trabalho Intersecretarial de Participação Social a indicação da constituição de um Comitê Intersecretarial de Articulação Governamental da Política Municipal de Participação Social e um plano de ação que prevê formações nos territórios. A proposta da Política e o Sistema Municipal de Participação Social foi apresentada ao prefeito, que assinou em 23 de julho de 2014, o decreto que institui o Comitê, responsável por articular e implementar formações e outras ações.</p> <p>Além disso, a agenda de governo aberto também contará com oficinas e outros processos formativos para uso e acesso ao portal do São Paulo Aberta. Essas atividades estão previstas para o próximo semestre, data de finalização da primeira versão da Plataforma.</p> <p>Mais especificamente, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão já realizou uma etapa formativa sobre o monitoramento do programa de metas, via o PlanejaSampa (www.planejasampa.prefeitura.sp.gov.br), para os Conselheiros do CPOP (Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo). A proposta da Secretaria é levar essas oficinas para mais conselheiros e para público em geral. Outra proposta de formação no âmbito do CPOP está sendo elaborada em parceria com a</p>

	Escola do Parlamento para abordar administração e gestão pública, planejamento e orçamento, e participação e transparência.
--	---

Desenvolvimento de Ferramentas Digitais

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
<p>Possibilitar um programa mais ágil, dinâmico e inovador para a PRODAM, que garanta o atendimento de questões básicas relacionadas às tecnologias de informação e desenvolvimento de ferramentas digitais da Prefeitura.</p>	<p>Desde 2013 a Prodram vem internalizando e buscando alternativas de desenvolvimento em ferramentas livres que permitam maior agilidade, transparência e traga inovação na construção de soluções digitais, para isso foi criado o Núcleo de Desenvolvimento WEB, responsável por atender essas demandas. Em 2014, essas novas tecnologias já foram implementadas satisfatoriamente em alguns produtos das Secretarias Municipais, tais como sites colaborativos e minutas participativas otimizando o tempo e o custo de desenvolvimento. Recentemente soluções desta natureza estão sendo aplicadas na construção da Plataforma São Paulo Aberta, trazendo inovação, incentivando a Participação, fomentando o Controle Social e Integridade, baseado nos princípios de governo aberto.</p> <p>Ademais, o contexto de demandas por processos participativos, transparentes e alinhados com o contexto Digital na revisão do Plano Diretor Estratégico proporcionaram que um Núcleo Digital fosse criado dentro da Prefeitura de São Paulo. O Núcleo Digital atua no Laboratório de Mobilidade Urbana para a criação de projetos com uma estrutura mais ágil, dinâmica e inovadora para o desenvolvimento de plataformas, aplicativos e processos digitais. Entre seus produtos, estão plataformas como o Gestão Urbana e Planeja Sampa; aplicativos como o Programa de Metas, Minuta Participativa, Centro Diálogo Aberto, Catálogo de Base de Dados Municipal e metodologias como o Café Hacker. O desenvolvimento ágil, software livre e processos colaborativos emergentes da cultura digital estão entre seus pilares.</p>

<p>Criar mecanismos que garantam autonomia às secretarias para implementar ações triviais na área digital, dada a precariedade do desenvolvimento das ferramentas digitais dentro do governo (dificuldades quanto à tecnologia, recursos humanos e financeiros).</p>	<p>No que se refere às ações relativas à Prodam, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão levará a proposta para ser discutida no âmbito do Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação (CMTIC), que tem por finalidade definir e decidir as políticas, diretrizes e normas de tecnologia da informação e comunicação, bem como aprovar, controlar e monitorar os projetos e ações de tecnologia da informação e comunicação da Administração Pública Municipal.</p> <p>Enquanto isso, alguns mecanismos estão sendo estudados, como por exemplo, parcerias com a academia e com organizações não governamentais para a concretização de ações na área digital. Para o desenvolvimento do Portal da Transparência, por exemplo, há uma proposta de cooperação técnica em discussão entre a Controladoria Geral do Município, unidade gestora do Portal da Transparência, com o Colab da USP. O Laboratório de Mobilidade Urbana, recém criado pela Secretaria Municipal de Transporte, prevê uma estrutura física e de parceria entre StartUps, Academia e Sociedade Civil, para o desenvolvimento de soluções inovadoras com foco em tecnologia para o transporte na cidade de São Paulo.</p>
--	---

Comunicação

Proposta da Sociedade Civil	Devolutiva do Poder Público Municipal
<p>Garantir reformulação do Portal da Prefeitura de São Paulo e dos sites das secretarias com ampla participação popular e consulta pública no processo de elaboração, garantindo usabilidade do site em tablet e celular e fácil localização das informações por parte dos usuários.</p>	<p>Desde dezembro de 2013, o Portal Institucional da Prefeitura Municipal de São Paulo está com nova interface de serviços que melhorou a localização das informações por parte do usuários, com responsividade para tablets e celular.</p>

<p>Criar um blog oficial da Prefeitura para explicar seu posicionamento quanto às ações e políticas em desenvolvimento e dialogar melhor com a população.</p>	<p>A Secretaria Municipal de Comunicação avaliou que o blog não é a ferramenta mais adequada, portanto, houve a opção por criar a página oficial no Facebook e perfil oficial no Twitter.</p>
<p>Garantir maior participação social nos canais de comunicação que existem em ruas, ônibus e metro, dando possibilidade à escolha de conteúdos e garantindo que a comunicação pública seja efetivamente pública.</p>	<p>O gerenciamento dos conteúdos transmitidos nas linhas é de responsabilidade dos operadores de ônibus. É de competência, também, dos operadores a colocação – ou não – desses canais de comunicação. Para exemplificar, somente 12% da frota de ônibus tem TVs. Cabe à Prefeitura de São Paulo, a divulgação de minutos institucionais que, por prerrogativa, deve ser de interesse público e estar relacionados ao transporte. Quanto ao conteúdo divulgado nas linhas de metrô, cabe ao Governo do Estado de São Paulo.</p>